



4102 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)
GT09 - Trabalho e Educação

TRABALHO DOCENTE NO BRASIL: análise social e histórica da precarização

Mayam de Andrade Bezerra - UFPB - Universidade Federal da Paraíba

Maria Aparecida Rosa de Andrade Alixandre - UFPB - Universidade Federal da Paraíba

Maria das Graças de Almeida Baptista - UFPB - Universidade Federal da Paraíba

O presente trabalho é fruto de uma pesquisa em andamento no Programa de Pós-graduação em Educação, em nível de Mestrado. Cujo objetivo foi compreender o percurso histórico de constituição da docência no Brasil, analisando a luz da historiografia a precarização do trabalho docente. Do ponto de vista metodológico trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, de cunho exploratória. Para obtenção dos dados realizamos uma pesquisa bibliográfica sobre a temática, com o intuito de elucidar e contribuir teoricamente para os estudos nessa área, para tanto apresentamos um recorte histórico a partir do contexto Brasil Colônia com a educação jesuítica até os dias atuais. Os resultados preliminares nos conduziram para a compreensão de que a precarização do trabalho docente sempre esteve presente ao longo da história da constituição do trabalho do professor, e foi acentuando ainda mais nos contextos da influência do modo de produção capitalista. Acreditamos que o processo de subproletarização presente nas formas de trabalho (precário, temporário e terceirizado) reflete no trabalho docente, ocasionando a permanência da alienação e redução das possibilidades de emancipação desse sujeito.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Trabalho docente. Precarização.

TRABALHO DOCENTE NO BRASIL: análise social e histórica da precarização

Introdução

O presente artigo é fruto de uma pesquisa em andamento no Programa de Pós-graduação em educação, em nível de Mestrado. Cujo objetivo foi compreender o percurso histórico de constituição da docência no Brasil, analisando a luz da historiografia a precarização do trabalho docente.

Do ponto de vista metodológico trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, de cunho exploratória. Para obtenção dos dados realizamos uma pesquisa bibliográfica sobre a temática, com o intuito de elucidar e contribuir teoricamente para os estudos nessa área. Apresentamos um recorte histórico a partir do contexto Brasil Colônia com a educação jesuítica até os dias atuais.

Nas últimas décadas as discussões acerca do trabalho docente vêm ganhando mais espaço no cenário acadêmico e científico, tendo em vista o debate polêmico em torno de um assunto vital para a existência humana. É o trabalho que distingue o homem das demais espécies, e tem papel crucial para o processo de humanização.

No entanto, o trabalho, pautado na lógica perversa do capital tornou-se ao longo da história apenas um meio de subsistência para o ser humano, algo degradante, que o deixa infeliz. O trabalho que o deveria construir como ser social gera um processo de desumanização e de alienação. Dessa forma, o capital se fortifica no seu modo de produção, tendo em vista que se consegue extrair o máximo de valor, não importando as condições do trabalhador (MARX, 2010).

Ao ser considerada como mercadoria, a força de trabalho vai se tornando precária, ou seja, carrega esse estigma devido a sua condição que explicita novos modos de estranhamento e de alienação. Para Alves (2007, p.115), "A precarização é um processo social de conteúdo histórico-político concreto, de natureza complexa, desigual e combinada, que atinge o mundo do trabalho, principalmente setores mais organizados da classe do proletariado".

Nesse cenário, traçar o percurso histórico de constituição da docência, identificando elementos da precarização do trabalho ao longo da história da educação no Brasil é decisivo para entendermos as condições do exercício da docência na conjuntura atual, na qual o trabalho precarizado e temporário vem afetando milhões de pessoas no mundo, e não poderia ser diferente no âmbito educacional em nosso País.

Contexto histórico da precarização do trabalho docente no Brasil

A atividade docente tem sua origem antes do surgimento das instituições escolares, ou seja, no momento em que a humanidade sente a necessidade de se organizar em sociedade e de transmitir o que era considerado conhecimento importante para as demais gerações fez surgir uma das atividades mais antiga, a docência.

Na antiguidade podemos identificar a primeira representação do professor, na figura dos filósofos gregos, que nas "instituições-escolas" acolhiam os filhos das classes dirigentes e médias e oportunizavam uma instrução básica, ensinando a cultura retórico-literária. Nesse cenário surge a figura do *Paidagogo*, palavra Grega que significa paidós (criança) e agodé (condução), trabalho realizado por um escravo que ficava encarregado de acompanhar a criança e/ou jovem ao ginásio (CAMBI, 1999).

Mas a gênese da docência pode ser identificada na Idade Média, na qual a transmissão do saber que ocorria nas escolas passa a ser organizada pelas igrejas, exercendo bastante influência na formação dos indivíduos. Estas escolas vinham se organizando gradativamente para a formação do clero. Era um investimento grande nos docentes que ensinariam os estudos gramaticais e os princípios das artes

liberais aos futuros sacerdotes. Segundo Nóvoa (1999, p. 15) "A gênese da profissão de professor tem lugar no seio de algumas congregações religiosas, que se transformaram em verdadeiras *congregações docentes*".

No contexto Brasileiro era semelhante, na qual um grupo de religiosos ligados a Companhia de Jesus efetivava uma educação de cunho religioso, na tentativa de catequizar os índios.

O período colonial (1500 a 1822), no Brasil foi marcado pela exploração dos recursos naturais, escravização de indígenas e negros, formação de uma sociedade altamente patriarcal, latifundiária, sustentada por uma economia agrícola e rudimentar, na qual necessitava de pessoas submissas e iletradas para produzir a serviço do colonizador.

Situando a educação nesse contexto marcado pela chegada dos Jesuítas em 1549, percebe-se a construção de uma estrutura educacional, cuja finalidade era construir um modelo de homem voltado aos princípios escolásticos coerente com as necessidades e aspirações de uma sociedade latifundiária, escravocrata e aristocrata, extremamente vinculada à cultura Europeia (ROMANELLI, 1986).

Nessa perspectiva tem-se o surgimento da educação formal propriamente dita com a criação de colégios e seminários jesuítas, que pretendiam através da educação (catequese e instrução) realizar um processo de aculturação. Desse modo, podemos identificar os jesuítas como os primeiros professores do Brasil, que através de um trabalho catequético de caráter pedagógico realizavam o convencimento como a principal técnica para converter os índios a religião dos colonizadores. Esse processo da educação jesuítica era constituído de três aspectos: catequese; a instrução intelectual, tanto nos aspectos formal-instrumental (ler, escrever, contar) como no aspecto concreto (conteúdo do conhecimento), bem como na aprendizagem do ofício.

A pedagogia jesuítica foi marcada pela construção de um plano geral de estudos denominado *de Ratio Studiorum*, na qual elencava um conjunto de regras que direcionava o trabalho dos agentes educativos na época. As ideias pedagógicas expressas no *ratio studiorum* assemelham-se a pedagogia tradicional que conhecemos atualmente e foi implantado em todos os colégios Jesuítas. O plano contemplava o curso de humanidades, cujo conteúdo reeditava o *trivium* da idade média, isto é, gramática, a dialética e a retórica. Além dos estudos da filosofia e teologia, no entanto esse curso era limitado a formação dos padres catequistas (SAVIANI, 2013).

Percebemos que desde a época colonial com a educação jesuítica que a desvalorização do professor já existia, visto que os próprios jesuítas eram acusados de acumularem bens para a Igreja e confiscar parte do ordenamento dos professores. Além disso, verifica-se o começo do processo de divisão do trabalho, com as especializações, nas quais os professores lecionavam apenas aquela área específica do conhecimento. E o severo controle ao trabalho dos professores, que precisavam seguir obedientemente todas as regras prescritas no *ratio studiorum*. E se assim não o fizessem seriam severamente punidos.

Em 1759 com a expulsão dos Jesuítas pelo Marquês de Pombal tem-se início uma reforma no âmbito político, econômico, social e cultural. Dessa forma se instaura alguns princípios básicos do novo Estado, que apresentavam os seguintes pontos: o desenvolvimento da cultura geral, o incremento das indústrias, o progresso das artes, o progresso das letras e científico, a vitalidade do comércio interno, a elevação do nível de riqueza e bem-estar, entre outros. (SAVIANI, 2013).

No âmbito educacional, a reforma empreendida pelo Marquês de Pombal pretendia libertar a educação do monopólio jesuítico, visto que não atendia mais aos interesses econômicos de Portugal e de suas Colônias. A reforma pombalina sob influência iluminista instituíram o privilégio do Estado em relação à instrução, ocasionando a estatização e secularização do magistério, assim foi se contrapondo ao predomínio das ideias religiosas. Além do que as reformas pombalinas estavam em sintonia com o desenvolvimento da sociedade burguesa centrada no modo de produção capitalista, cuja finalidade era a criação de escolas úteis ao Estado, que não estivessem simplesmente destinadas aos interesses eclesiásticos.

Somente em 1760, ocorreu o primeiro concurso para admissão de professores régios no Brasil, no entanto a nomeação só ocorreu cinco anos após. As aulas régias eram ministradas por um único professor na forma de aulas isoladas, sem articulação entre si, portanto um ensino fragmentado e baseado em aulas descontextualizadas. Essas aulas eram ministradas por professores mal preparados e/ou leigos, que enfrentavam condições precárias de trabalho, com salários reduzidos, frequentes atrasos no pagamento, e, muitas vezes esses professores tinha que oferecer sua residência para ofertar essas aulas.

A ausência de uma política de valorização dos professores e sua baixa remuneração é um problema antigo que vem desde o período Brasil Colonial, segundo Pinheiro (2002, p. 25) "Mesmo quando seus salários atingiam patamares muito baixos, os professores eram duramente criticados, o ponto de serem responsabilizados pela precária situação da instrução pública". Essa situação vem se alastrando há séculos e apontam para um processo crescente de precarização do trabalho dessa categoria de profissionais.

Em 1823, após uma Assembleia Constituinte o imperador ressaltou a necessidade da organização de uma legislação específica sobre a instrução pública no País, ou seja, "[...] a organização de um sistema de escolas públicas, segundo um plano comum, a ser implantado em todo o território do novo Estado" (SAVIANI, 2013, p.119). Nessa perspectiva foi elaborado um plano que consistia da organização de um conjunto da instrução pública, pautado numa concepção laica da escola idealizada pela burguesia reinante, fortalecendo cada vez mais uma educação a serviço da elite.

Além disso, as reformas educacionais implementadas nesse período reforçavam cada vez mais uma preocupação em controlar e desqualificar o trabalho dos professores, percebe-se então a ênfase na inspeção escolar, um regime disciplinar dos professores e ausência de formação para o exercício da profissão, ou seja, muitas vezes, os professores das províncias eram contratados e se formavam na prática.

A carreira docente começou a ser efetivada com a obrigatoriedade do ensino instituída no século XX, bem como devido a demanda educacional existente nessa época que necessitava cada vez de professores para atuarem nas diversas escolas do País. Era comum colocarem professores recém-formados para irem lecionar em escolas do interior, no entanto esses profissionais abdicavam da sua moradia e do convívio familiar para trabalhar em outra região em virtude da carreira, isso ocorria muito com as mulheres. (VINCENTINI; LUGRI, 2009).

Percebe-se o processo de feminização do magistério no Brasil, resultado também dos movimentos de urbanização e industrialização que possibilitaram aos homens diferentes oportunidades de emprego nas Indústrias e em outros setores da economia, enquanto para a mulher restou exercer atividades consideradas com perfil mais feminino, nesse caso o magistério tornou-se a carreira mais adequada, visto que era uma ocupação, que na concepção dominante masculina exigia determinadas habilidades relacionadas a docilidade, a paciência e ao desprendimento, características historicamente atribuídas ao gênero feminino.

A partir da década de 60, com o avanço de modelos inspirados nos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade defendem uma pedagogia tecnicista que promovesse uma reorganização no ensino, tornando-o mais eficiente para atender aos interesses econômicos da época. Na pedagogia tecnicista o professor tem papel secundário, executando apenas o processo pensado e determinado por um grupo de especialistas. É o que denominamos de fragmentação do trabalho pedagógico com as especializações das funções. Esse modelo

educacional fortemente influenciado pelo modo de produção capitalista e pelo trabalho fabril.

Nesta perspectiva o professor perde o controle do seu trabalho e a organização do processo converte-se na garantia da eficiência e o trabalhador fica sob o domínio do capital, e quanto mais ele produz menos ele tem para si. O indivíduo passa a desconhecer o produto do seu trabalho e a atividade que executa, tornando-se externo a ele. Nessa relação ocorre a alienação do ser humano de sua própria existência, do seu corpo e da sua natureza extrínseca (MARX, 2010).

Considerações finais

Essa investigação nos possibilitou identificar elementos da precarização do trabalho do professor ao longo da história, bem como a desvalorização e desqualificação do trabalho docente desde sua origem, sendo evidente em vários períodos da história da educação brasileira, processos que remetem as condições precárias de trabalho, ausência de formação, controle severo ao seu trabalho, e, até mesmo o confisco da sua remuneração; chegando a serem punidos por não cumprirem as determinações dos governantes na época.

O processo de precarização vivenciados pelos docentes tem refletido em suas atividades há séculos e ocasionando a permanência da alienação e redução das possibilidades de emancipação desse sujeito. O processo de alienação do trabalho a que estão submetidos os docentes termina repercutindo na qualidade da educação ofertada para as crianças desde a tenra idade, tendo em vista que seu trabalho não é algo que lhe pertence, é apenas um meio para a satisfação de suas necessidades. Portanto, é preciso superar essas condições de alienação para que o sujeito se desenvolva e se humanize através do trabalho.

Para se conquistar a emancipação do trabalho alienado é preciso construir uma nova forma de trabalho, que não negue sua realidade, sua condição de classe. É preciso a partir da práxis conquistar o desenvolvimento de sua integralidade, omnilateralidade, sua plena realização individual e social. Um discurso em consonância com a prática baseado na importância e defesa de sua profissão como superação e emancipação de formas precárias e alienadas de trabalho.

Referências

- ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. Londrina: Praxis, 2007.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2011.
- CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. Tradução Álvaro Lorencini. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.
- NÓVOA, Antônio. **Profissão professor**. 2 ed. Porto: Porto Editora, 1999.
- PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas-SP: Autores Associados, 2002.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 8. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1986.
- SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4 ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2013. (Coleção Memória da Educação)
- SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton (Org.). **Pedagogia Histórico-crítica e lutas de classes na educação** escolar. Campinas-SP: Autores Associados, 2012.
- VICENTINI, Paula Perin; LUGRI, Rosário Genta. **História da profissão docente no Brasil**: representações em disputa. São Paulo: Cortez, 2009.